



Audição Parlamentar no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para 2023

Intervenção do Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva

9 de novembro de 2022

I

Quando aqui estive há seis meses, para apresentar o Orçamento para 2022, comecei por reconhecer que a área da Cultura tem historicamente sofrido de subfinanciamento. Essa constatação é tão ampla, esse diagnóstico é hoje tão partilhado na sociedade portuguesa, que me referi ao problema como o “elefante na sala”. Afirmei então que tínhamos um compromisso claro, estabelecido no programa de governo: aumentar progressivamente o investimento em Cultura, para atingir, no final da legislatura, 2,5% da despesa discricionária do Estado.

Estes seis meses já permitiram começar a traduzir esse compromisso na prática. O programa orçamental que estamos a discutir aqui hoje cresce 23% em relação ao de 2022. Trata-se de um reforço transversal a todas as áreas, que abarca tanto património quanto criação. Inclui uma forte componente de PRR – que permitirá digitalizar acervos e realizar intervenções em Teatros, Museus, Monumentos e Palácios Nacionais – e inclui também um aumento muito significativo dos recursos que vão chegar às entidades e aos trabalhadores da Cultura, um pouco por todo o país.

O governo assumiu o compromisso de aumentar fortemente o investimento na Cultura porque acredita na importância do trabalho continuado e nas suas potencialidades criativas. Temos de ter clareza neste ponto: a falta de sustentação e de previsibilidade nas políticas culturais traduziu-se, historicamente, em talento subaproveitado, em pessoas que só conseguiam trabalhar esporadicamente, que não tinham oportunidade de aprender pela experiência. Não ter esta solidez e esta previsibilidade significou deitar talento à rua, o que constituiu um desperdício tanto do ponto de vista humano – daquilo que as pessoas poderiam dar – como do ponto de vista social, daquilo que poderíamos beneficiar enquanto



país. Aumentar o investimento na Cultura significa aproveitar a riqueza que temos disponível, dando consistência à criação.

Foi com o objetivo de criar horizontes de médio e de longo prazo, proporcionando previsibilidade aos trabalhadores e às estruturas artísticas, que fizemos um grande reforço nos apoios à criação e à programação. O orçamento do programa de apoios sustentados para o próximo quadriénio (2023-2026) mais do que duplicou: teve um crescimento de 114% face ao ciclo anterior, totalizando agora 148 milhões de euros. Na prática, isto significa que haverá mais entidades apoiadas e que cada uma delas irá dispor de mais recursos. De acordo com os resultados provisórios já conhecidos, que correspondem a cinco (dos seis) concursos abertos pela Direção Geral das Artes, temos 138 entidades propostas para apoios (comparamos com 126 no ciclo anterior), e há 42 entidades novas, que não recebiam apoio no ciclo anterior: há renovação. Além disso, cada entidade vai receber, em média, 187 mil euros por ano, o que compara com 101 mil euros no ciclo anterior.

É a primeira vez que as entidades apoiadas vão receber o valor total a que se candidataram, o que possibilitará o cumprimento do seu plano de atividades. A este nível de investimento irá corresponder uma maior responsabilização, uma vez que as entidades terão agora os recursos para cumprir integralmente os planos que apresentaram à DG Artes. Este reforço tem também de traduzir-se na criação de novos públicos: não faria sentido colocar toda a tónica na criação artística, sem cuidar da capacidade de os espetáculos chegarem a camadas mais amplas da população.

O propósito é claro: apoios mais sustentados, um horizonte de estabilidade para o setor, com mais emprego protegido.

Também na área do cinema se está a fazer um reforço muito significativo. Decidimos apoiar todas as co-produções que tinham dado entrada para o Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema, mesmo já depois de esgotada a sua dotação inicial: só em 2022, isto correspondeu a um aumento de investimento de cerca de 11 milhões de euros. Para além dos encargos que transitam dos anos anteriores, em 2023 serão abertas novas candidaturas, com uma dotação reforçada: 14 milhões, em lugar dos 12 do ano passado. Em simultâneo, iremos aperfeiçoar os critérios de elegibilidade. Com base na experiência destes anos iniciais de lançamento do Fundo, pedimos à PlanApp que fizesse uma avaliação dos seus impactos e será em função



dela que afinaremos novas regras. Temos, cada vez mais, de introduzir instrumentos de avaliação no desenho das políticas públicas.

II

Com a mesma clareza com que há seis meses identifiquei o subfinanciamento como o principal problema, quero agora estabelecer que a nossa prioridade para 2023 serão os Museus, os Monumentos e os Palácios nacionais. Há um diagnóstico que é grave e que está feito: museus e monumentos carecem de um reforço urgente de recursos humanos e precisam de maior autonomia na gestão, que lhes permita, entre outras coisas, diversificar e expandir as suas fontes de receita. A *modernização* que estamos a levar a cabo tem uma componente propriamente tecnológica (que se traduz na digitalização de acervos, no âmbito do PRR), mas tem de ir além disso.

Museus, palácios e monumentos nacionais são o que fica: eles dão forma concreta, material, à experiência e à memória das pessoas que, por gerações e gerações, habitam este país. Uma comunidade existe na medida em que tem consciência daquilo que foi sendo, e museus, palácios e monumentos são repositórios da história, que reforçam o sentido de pertença na vida coletiva.

Mas o património não é só um conjunto de edifícios e de objetos, e a sua missão não pode ser vista apenas como a preservação estática daquilo que já existe. O património não é um arquivo morto; pelo contrário, ele realiza-se na relação que estabelece com os vivos. A Cultura é preservação e criação, é a relação dinâmica entre preservação e criação, é usar o passado para construir coisas novas. Portugal não é uma entidade estática. Uma comunidade que está viva renova-se, e o património serve também para estimular a criatividade. Os palácios, museus e monumentos nacionais levam as pessoas a quererem conhecer os lugares e têm por isso a capacidade de revitalizar o território: devemos encará-los também como parte de uma política de desenvolvimento económico e social.

Como disse, reconhecemos a dimensão de problemas que se arrastam há décadas. Uma das vantagens de termos previsibilidade no horizonte político do governo é podermos trabalhar em soluções de fundo. Os problemas que são estruturais não se resolvem com remendos de



curto prazo. Precisam de soluções baseadas no estudo e no planeamento. É isso que estamos a fazer.

Ao mesmo tempo que gizamos alterações profundas, estamos também a tomar medidas imediatas para responder a urgências. Queria aproveitar esta oportunidade para anunciar que vamos abrir dois concursos para reforçar os recursos humanos afetos ao património: um para a contratação de 74 vigilantes e outro para a contratação de 40 conservadores-restauradores.

Deixem-me a este propósito recordar algo que muitos terão acompanhado há pouco mais de uma semana: a extraordinária notícia de que a espada de Dom Dinis foi retirada do seu túmulo. Pois esta espada vai ser restaurada no laboratório José Figueiredo, uma entidade da Direção Geral do Património Cultural responsável pela conservação e pelo restauro. Para lidar com património como este, temos de fazer uso do conhecimento e da experiência acumulados pelos técnicos ao longo de uma vida de trabalho; por isso, é fundamental contratar pessoas novas, é necessário garantir a continuidade intergeracional, para que o conhecimento e a experiência acumulados nas instituições não se percam. Ao contratar 40 conservadores-restauradores, estaremos a dotar o Estado de condições mais adequadas para preservar elementos que fazem parte da nossa identidade coletiva. 20 destes conservadores irão trabalhar para o Laboratório José Figueiredo; dois para o MNAA; dois para o MNSR; dois para Conímbriga e um para o Museu Machado de Castro.

Trata-se de apenas um passo num caminho que estamos a iniciar, mas julgo que é um sinal importante e com consequências práticas. Não é uma promessa vaga ou uma abstração.

III

Falei de *institucionalizar* o trabalho no setor da Cultura, criando solidez e previsibilidade; falei de *modernizar*, tanto do ponto de vista tecnológico quanto dos modelos de gestão; falta-me falar da *democratização* da Cultura, um imperativo inscrito na Constituição e sem o qual todas as peças da política cultural perderiam sentido.

Em Portugal temos infelizmente sérios problemas de acesso à Cultura, que de resto refletem uma sociedade com persistentes níveis de desigualdade socioeconómica. Mais: a desigualdade



no acesso à Cultura reforça a desigualdade social de caráter mais amplo. O acesso restrito de uma parte da população à oferta cultural é um dos pilares em que se sustenta a desigualdade social e com base na qual ela se perpetua. As classes mais desfavorecidas dispõem não só de menos meios materiais, mas também de menos tempo para dedicar à fruição cultural; e, a estas desigualdades sociais, acrescem disparidades regionais, que decorrem da distância geográfica em relação aos lugares onde a oferta cultural historicamente se tem concentrado.

Um instrumento em que apostamos no combate às disparidades regionais é a criação de Redes, a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea. São mecanismos que permitem quebrar hierarquias e distâncias.

A Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses continua a crescer no número de cineteatros homologados por todo o país, que serão equipados com projetores digitais. Esta rede é suportada em 2023 por 5 milhões de euros da DG Artes de apoio à programação, os quais são acompanhados por igual montante das autarquias. É um exemplo virtuoso de articulação entre a Administração Central e a Administração Local, que vai permitir que os espetáculos circulem por todo o país. A Rede Portuguesa de Arte Contemporânea irá ampliar o acesso à arte contemporânea portuguesa, com base numa linha de apoio que, no próximo ano, terá o valor de 2 milhões de euros. Ambas as redes promovem o acesso à Cultura numa lógica descentralizada, assente na responsabilidade partilhada entre o Estado central, as autarquias e associações da sociedade civil.

Acredito que a descentralização é importante não só por uma questão de justiça e de coesão entre as várias regiões do país, mas também porque ela tem um efeito reprodutivo, multiplicador: é a assistir a peças de teatro, a bailados, a concertos, a filmes, que nasce o desejo de ser ator, realizador, encenador, bailarino, artista, escritor. Se a oferta cultural chegar a camadas sociais mais amplas, por todo o país, isso irá no futuro traduzir-se numa criação cultural mais plural, capaz de refletir de forma mais rica a diversidade das experiências da sociedade portuguesa. As redes irão instigar mais pessoas a interessar-se pelas artes e pelo espetáculo e estimularão mais jovens a iniciarem uma prática artística.

Desde o início do meu mandato, tenho procurado estar atento e conhecer a dinâmica cultural no conjunto do país, e não só aquilo que se faz nas grandes instituições. Acredito que a Cultura não pode ser tratada de maneira rígida, assente numa relação de poder extremamente desigual entre aqueles que a produzem nas grandes instituições e aqueles cujas expressões



artísticas são completamente desvalorizadas, por estarem fora delas. O campo da Cultura deve ser tratado como um só, sem demasiados espartilhos ou hierarquias. Para quebrar barreiras sociais – para que camadas mais amplas da população se aproximem do teatro, do bailado, ou até da ópera – é preciso que as grandes instituições estejam atentas e disponíveis, que não olhem de cima para baixo, para a Cultura que emerge fora destes espaços institucionais.

Às vezes pensa-se na Cultura apenas em termos das grandes obras, mas a Cultura é também o vínculo social, o laço comunitário, o elemento aglutinador que nos dá um sentido de pertença e de participação na vida coletiva. Por isso penso que devemos encarar a Cultura não apenas como parte da educação formal – no sentido clássico da “cultura geral” – e também não como mero entretenimento, mas como um elemento central da cidadania. A Cultura e a democracia devem andar juntas, porque elas precisam uma da outra.